

ATAQUE EM BRASÍLIA

Anistia fica para as calendas

Apesar da pressão dos bolsonaristas, líderes afirmam que tema não é prioridade e tempo restante até o fim do ano será para analisar assuntos como o Orçamento. Além disso, setores do centro torcem o nariz para liberar os condenados pelo 8/1

» DENISE ROTHENBURG

O projeto de lei da anistia para os envolvidos no 8 de janeiro entrou no rol das propostas que os líderes no Congresso até admitem avaliar, mas o farão num futuro distante. Um grupo defende que seja apreciada somente depois das investigações sobre o atentado ao Supremo Tribunal Federal. Outro, que seja apenas em 2025. De concreto, há apenas a pressão de parte do PL para dar celeridade à matéria.

Porém, até aqui, os líderes sequer indicaram os integrantes da comissão especial que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prometeu criar para avaliar o texto. E a contar pela disposição dos partidos, não há tempo hábil. “Acho difícil analisar, faltando menos de um mês para o recesso. A prioridade deste final de ano será o Orçamento”, adianta o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA).

O deputado é um dos que ainda não indicou os integrantes da comissão e pretende deixar o assunto para 2025. Esta semana, por exemplo, com o feriado na quarta-feira, o Congresso só deve funcionar hoje e amanhã. Depois, terá praticamente mais 20 dias úteis de trabalho. O Parlamento sequer votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deveria ter sido aprovada em julho — prioridade desta semana com a proposta que pretende dar mais transparência às emendas impositivas.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Carro-bomba utilizado no atentado ao STF, que teve o condão de jogar água fria na proposta de anistiar os condenados pelas invasões de 8 de janeiro

“Não tem nada a ver com as explosões, mas, simplesmente, não temos mais tempo de votar esse assunto”, frisa Elmar.

Enquanto o líder do União Brasil menciona a prioridade às leis orçamentárias e desvincula o 8 de janeiro de 2023 do atentado da semana passada — como os bolsonaristas —, outros não querem apreciar o projeto porque preferem esperar as investigações sobre Francisco Wanderley Luiz, que detonou as bombas próximo

ao STF. Muitos têm dúvidas sobre o financiamento do atentado e as conexões do extremista. Se as investigações apontarem qualquer relação com o 8 de janeiro, a anistia será enterrada de vez. Do contrário, haverá mais segurança para votar algo do tipo — o que não é o caso no momento.

Espera

O problema é que, para os bolsonaristas, aguardar essa

investigação pode representar mais de um ano, uma vez que as autoridades ainda não definiram prazo para terminar as apurações. A Polícia Federal (PF) está analisando o celular de Francisco e, a partir daí, não está descartada a abertura de novas linhas para prosseguir com o rastreio de possíveis ajudantes ou financiadores. Por isso, a ideia de integrantes do PL é cobrar a apreciação da proposta o mais rápido possível.

Na semana passada, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) disse que havia uma “tentativa de manipulação e distorção inaceitável” do atentado, com o “propósito malicioso de atrapalhar o andamento do projeto de lei da anistia”. A deputada Bia Kicis (PL-DF) disse à *coluna Brasília-DF* que só apoiará um candidato a presidente da Câmara que se comprometa com a anistia. “Vão tentar usar esse suicídio, um ato isolado, para tentar

barrar a anistia, mas não vamos permitir”, disse ([leia detalhes no Blog da Denise](#)).

A exigência de Bia não ecoa em todo o PL nem nos partidos de centro. Até porque, antes de exigir a votação do PL, é preciso quebrar o bloqueio dos líderes à tramitação do texto.

Da mesma forma que o PL põe em campos opostos o atentado a bomba e o projeto da anistia, partidos desvincularam a eleição para presidente da Câmara dessa mesma anistia. O líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), tem dito a aliados que a questão cabe a Arthur Lira.

Os bolsonaristas têm dois PLs em tramitação para buscar a anistia dos envolvidos no 8 de janeiro. O primeiro, relatado pelo deputado Rodrigo Valadares (União-SE), foi apresentado em 2022 pelo então deputado Victor Hugo (PL-GO) para anistiar quem bloqueou rodovias no dia da eleição ou cometeu outros crimes relacionados ao pleito daquele ano. Valadares incluiu em seu parecer os envolvidos nos atos golpistas. Houve uma tentativa de votação da proposta em outubro, mas, na data da apreciação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Lira retirou o texto de lá e criou a comissão que não foi instalada.

A outra proposta foi apresentada ao Senado por Hamilton Mourão (Republicanos-RS). Três projetos apresentados posteriormente terminaram apensados ao do senador. ([Colabore Eduarda Esposito](#))

Brasília tem histórico de atos de extremismo político

A sequência de explosões que isolou a Praça dos Três Poderes na noite do último dia 13 entra para a lista de incidentes que trouxeram pânico à capital federal na história recente do país. Nessa relação estão desde o sequestro de um avião de passageiros para que fosse arremessado contra o Palácio do Planalto (nos mesmos moldes dos ataques terroristas ao World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, no qual morreram 2.996 pessoas) à balbúrdia na noite de 12 de dezembro de 2022 — quando tentaram invadir a sede da Polícia Federal e jogar um ônibus de um viaduto no centro da capital, além da tentativa de subir a rampa da sede do governo federal com um coletivo rodado na rodoviária do Plano Piloto. Eis a lista.

» **Sequestro do voo 375** — Em 29 de setembro de 1988, Raimundo Nonato Alves da Conceição, desempregado e endividado, sequestrou um Boeing 737 da extinta Vasp durante um voo entre Porto Velho e o Rio de Janeiro. Armado com um revólver, ele exigiu que o avião fosse jogado contra o Palácio do Planalto, em Brasília, em retaliação ao governo do então presidente José Sarney, a quem culpava por sua situação financeira. O copiloto Salvador Evangelista foi morto com um tiro na cabeça, mas o comandante Fernando Murilo de Lima e Silva permaneceu calmo e conduziu o avião sobre Brasília, sem permitir que o sequestrador localizasse o Palácio. Enquanto dois caças da Força Aérea monitoravam a aeronave, o piloto, ciente do pouco combustível, executou uma manobra aérea para imobilizar o sequestrador, que bateu a cabeça e perdeu a consciência. Após quatro horas de tensão nos céus, o comandante Francisco conseguiu pousar o Boeing em Goiânia. Nonato recobrou a consciência e retomou o controle da situação, libertando alguns passageiros feridos, mas ainda mantendo 90 reféns sob seu poder por mais cinco horas. O sequestro tornou-se filme, lançado no ano passado.

Ivaldo Cavalcante/CB/D.A. Press



» **Um ônibus contra o Palácio do Planalto** — Em 30 de maio de 1989, o motorista João Antônio Gomes roubou um coletivo na estação rodoviária e, sem enfrentar obstáculos, dirigiu até o Planalto. Por volta das 18h, ele invadiu o salão principal do Palácio com o veículo, causando destruição ao longo de 20 metros ([foto](#)). O incidente não deixou vítimas, mas arrancou vidraças, parte do teto e estruturas de alumínio até o ônibus se chocar contra uma coluna. O presidente José Sarney, que retornava de uma viagem ao interior de Minas Gerais, foi informado do ocorrido pelo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes. A Polícia Federal inspecionou o ônibus

em busca de explosivos, mas nada foi encontrado. João Antonio estava alcoolizado e foi facilmente contido por quatro agentes da portaria, que, inicialmente, entraram em pânico ao ver o veículo subir a calçada pela contramão. Soldados armados do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) só apareceram cerca de 10 min depois, quando o Palácio foi cercado. Em março do mesmo ano, um automóvel invadiu a entrada do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente, enquanto Sarney dormia. O portão foi danificado e o motorista também foi considerado alcoolizado.

» **Tentativa de invasão da sede da PF** — Na noite de 12 de dezembro de 2022, por volta das 20h, a área central de Brasília foi tomada por centenas de bolsonaristas, saídos do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. Eles promoveram uma série de depredações sob o pretexto de protestar contra a prisão de José Acácio Tserere Xavante, apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro. O grupo depredou e incendiou veículos, tentou jogar um ônibus de cima de um viaduto e pretendia invadir a sede da Polícia

Federal, para onde o indígena foi levado. Foi contido a poucos metros do prédio da PF pela tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, que demorou a agir contra a baderna. Ninguém foi preso.

Reprodução/Redes sociais



» **Atentado a bomba no aeroporto de Brasília** — Em 24 de dezembro de 2022, a Polícia Militar do Distrito Federal encontrou e desativou um explosivo deixado próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, na Estrada Parque Aeroporto. O artefato ([foto](#)) estava em um caminhão-tanque próximo ao canteiro central da via. Equipes da PMDF, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e PF atuaram em conjunto para neutralizá-lo. As

investigações indicaram que o plano foi traçado em um acampamento em frente ao QG do Exército, frequentado por apoiadores radicais de Bolsonaro com intenções golpistas. Inicialmente, o objetivo era colocar a bomba perto de um poste de energia para afetar o fornecimento elétrico na cidade. Mas os criminosos decidiram instalar o artefato em um caminhão carregado de querosene de aviação. O motorista do veículo notou um “objeto estranho” e alertou a polícia, que detonou o explosivo sem comprometer as operações do aeroporto.

» **Tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023** — Por volta das 15h deste dia, um domingo, cerca de 3,9 mil apoiadores radicais de Bolsonaro avançaram sobre a Esplanada dos Ministérios e, pouco depois, vandalizaram os prédios do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto. Imagens mostram a PMDF oferecendo pouca resistência, permitindo que os extremistas ultrapassassem as barreiras de segurança e invadissem os edifícios públicos. No mesmo dia, 209 pessoas foram presas em flagrante e o número de detidos aumentou nos dias seguintes.

Divulgação/Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina



Casa do homem que atentou contra o STF foi consumida pelas chamas

Ex-mulher é suspeita de incêndio

A ex-mulher de Francisco Wanderley Luiz sofreu queimaduras depois que a casa do responsável pelo ataque a bombas na Praça dos Três Poderes ser incendiada, na manhã de ontem, em Rio do Sul (SC). Encaminhada ao hospital, Daiane Dias, de 41 anos, é apontada pela Polícia Civil como a principal suspeita de ter provocado o incêndio durante uma tentativa de suicídio. A Polícia Federal (PF) informou que assumirá a investigação.

“Os fatos atinentes ao incêndio estão sendo apurados pela Polícia Civil e a principal hipótese até então verificada é a de tentativa de suicídio por parte de Daiane

Dias, 41 anos, ex-companheira de Francisco Wanderley Luiz, conhecido como ‘Tiú França’, pessoa envolvida recentemente nos episódios ocorridos em frente ao Supremo Tribunal Federal”, afirmou a Polícia Civil em nota.

Foi Daiane quem revelou, em depoimento à PF, na última dia 14, que o plano de Francisco era assassinar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Ela também confirmou que disse aos agentes federais em Santa Catarina que o ex-marido chegou a realizar pesquisas no Google para planejar o atentado. Contou ainda que, ao receber os registros das pesquisas

feitas, questionou-o: “Você vai mesmo fazer essa loucura?”

O diretor-geral da PE, Andrei Rodrigues, confirmou as declarações feitas por Daiane, mas ressaltou que a investigação ainda apura se o alvo era, de fato, o ministro do Supremo.

Segundo o 15º Batalhão de Bombeiros Militar de Santa Catarina, a ocorrência foi registrada por volta das 7h. A residência, com 50 metros quadrados, foi parcialmente destruída pelas chamas, e foram necessários cerca de oito mil litros de água para controlar o incêndio.

De acordo com o boletim do batalhão de Bombeiros, Daiane sofreu queimaduras de primeiro,

segundo e terceiro grau em 100% do corpo, e foi retirada do local por vizinhos. “A causa do incêndio só é confirmada após o trabalho de perícia, que se for acionado pelo dono do imóvel, pode levar até 30 dias para o laudo”, diz a nota dos Bombeiros. A Polícia Civil informou que agentes permanecem no local realizando diligências.

Na esquina do terreno onde houve o incêndio há um outdoor anunciando os serviços do “Chaveiro França”, que era o nome usado por Francisco em Rio do Sul. Ele foi candidato a vereador no município em 2020, pelo PL, mas obteve apenas 98 votos e não se elegeu.